

El Salvador sob Bukele: entre o desejo autoritário e o medo

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o governo de Nayib Bukele em El Salvador, discutindo o modo como este político se apoiou em um desencanto geral com a democracia pós-conflito interno para assentar as bases de um regime autoritário, porém popular, o qual, no entanto, constrói as condições para prescindir deste apoio. A hipótese desta pesquisa é que se transita de um regime coercivo apoiado no consenso para um regime que visa dirimir o dissenso apoiado na coerção. Mais do que uma dinâmica em que se passa da prevalência do consenso para a coerção como esteio do regime, desenha-se uma situação em que se borram as fronteiras entre desejo popular por políticas autoritárias e o puro medo. Além de bibliografia recente e de material jornalístico, esta análise está sustentada por uma pesquisa de campo em que se dialogou com numerosas pessoas e instituições, algumas das quais são citadas ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: El Salvador; Bukele; progressismo; extrema-direita; autoritarismo.

El Salvador under Bukele: between authoritarian desire and fear

Abstract: This paper aims to analyze the government of Nayib Bukele in El Salvador, discussing how this politician relied on a general disenchantment with democracy following the internal war to lay the foundations of an authoritarian yet popular regime, which, however, builds the conditions to waive this support. Our research hypothesis is the transition from a coercive regime supported by consensus to a regime aimed at settling dissent through coercion. More than a movement from the prevalence of consensus to coercion as the mainstay of the regime, there is a scenario where the boundaries between popular desire for authoritarian policies and pure fear are blurred. In addition to recent bibliography and journalistic material, our analysis is supported by field research involving the interview of numerous people and institutions, some of which are cited throughout this paper.

Keywords: El Salvador; Bukele; progressivism; far right; authoritarianism.

Artigo recebido em: 28/09/2023

Artigo aprovado em: 09/04/2024

¹ Professor da Universidade Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Prolam-USP; E-mail: fabio.luis@unifesp.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5493-963>

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o governo de Nayib Bukele em El Salvador, discutindo o modo como este político se apoiou em um desencanto geral com a democracia pós-conflito interno para assentar as bases de um regime autoritário, porém popular, que, no entanto, constrói as condições para prescindir deste apoio. A hipótese desta pesquisa é que se transita de um regime coercivo apoiado no consenso para um regime que visa dirimir o dissenso apoiado na coerção. Mais do que uma dinâmica em que se passa da prevalência do consenso para a coerção como esteio do regime, desenha-se uma situação em que se borram as fronteiras entre desejo popular por políticas autoritárias e o puro medo. Além de bibliografia recente e de material jornalístico, esta análise está sustentada por uma pesquisa de campo em que se dialogou com numerosas pessoas e instituições, algumas das quais são citadas ao longo deste trabalho. Inicialmente, o texto reconstitui as linhas gerais dos dois governos do Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), os quais antecederam a eleição de Bukele. Apesar da discreta evolução no plano social, prevaleceu a desilusão com governos que corroboraram para naturalizar respostas estatais repressivas à violência urbana, o que problematiza os nexos entre o progressismo salvadorenho e a ascensão de Bukele – ainda mais complexos considerando que o atual Presidente se projetou na política representando o partido que agora lhe faz oposição. As seções seguintes exploram a evolução de Bukele no poder. Inicialmente, o governo contou com altos níveis de adesão, que se amparam na desilusão com o bipartidarismo que dirigiu o país desde os acordos de paz, em um desejo difuso por uma ordem autoritária canalizado pelo populismo penal e na espetacularização da política potencializada por um hábil manejo das redes sociais. Entretanto, a captura das instituições do Estado, a criminalização da resistência social e do dissenso, além da perpetuação de um estado de exceção a pretexto de combater maras e pandillas, apontam para um fechamento do regime: o consenso parece perder centralidade em relação à coerção. Nesse cenário, diluem-se as fronteiras entre coerção e consenso – entre o desejo por uma ordem autoritária canalizado pelo bukélismo e o medo difuso que essa política no poder instila na sociedade.

O progressismo salvadorenho: FMLN no governo

Nos primeiros anos depois dos acordos de paz (1992), o FMLN teve prestígio suficiente para se afirmar como a segunda força política do país, conquistando um número crescente de deputados até 2000, quando elegeu 31 de 84 parlamentares e se converteu na principal força do congresso. Naquele momento, o partido administrava 80 municípios, inclusive os mais populosos, governando em nível local mais da metade dos salvadorenhos (RIVERA: 2006, p. 191). Mas o FMLN não teve forças para se contrapor à dominação da direita encarnada pelo Arena, que comandou o executivo durante 20 anos. Nesse período, modelou-se o neoliberalismo salvadorenho, que produziu um país maquilador, criminoso, mercantil e dependente das remessas. Antes de chegar à presidência, o partido viveu um tortuoso processo de acomodação interna que implicou a saída ou expulsão de militantes históricos. Paradoxalmente, foi só quando apresentou uma cara renovada, que não se identificava nem com o passado armado nem com o partido, que o FMLN chegou à presidência. Mauricio Funes era um comunicador televisivo com muita credibilidade e audiência, mas nenhuma experiência política (ZELAYANDIA: 2018, p. 91). Sua campanha eleitoral foi assessorada pelo marqueteiro brasileiro João Santana, responsável pelas campanhas do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2006 e 2014. Mas em El Salvador, prometer que a “esperança vencerá o medo”, como se prometeu no Brasil, tinha um significado muito concreto, já que a demonização do FMLN era o último recurso da direita para tapar a sua impopularidade, após duas décadas de neoliberalismo.

O governo do FMLN adotou numerosas políticas sociais, incluindo programas de apoio para crianças em idade escolar, provendo alimentação gratuita e a distribuição de uniformes e materiais; expansão da saúde pública aliada a uma lei que facilitou o acesso a medicamentos de baixo custo; um programa de compra e distribuição de sementes para famílias camponesas e cooperativas, além da entrega de mais de 50 mil títulos de propriedade a pequenos produtores; um programa de pensão básica universal para os idosos nos municípios mais pobres do país; e *Ciudad Mujer*, um reconhecido programa de atenção integral às mulheres impulsionado pela primeira-dama Vanda Pignato, militante brasileira filiada ao PT (POMAR: 2018; YOUNG: 2020).

Em comparação com seus congêneres sul-americanos, beneficiados pelo *boom* das *commodities*, o progressismo salvadorenho dispôs de recursos muito limitados para implementar esses programas. Na realidade, Funes herdou contas públicas comprometidas pela gestão anterior, situação

agravada pelo impacto da crise de 2008 nas remessas enviadas ao país: a economia salvadorenha encolheu 3,5% no primeiro ano do seu mandato. Pressionado pelo déficit fiscal, Funes convocou um diálogo interpartidário para cancelar um acordo de responsabilidade fiscal (BARRAZA: 2019, p. 178). O governo precisava negociar com a direita moderada para obter maioria parlamentar, o que gerou atritos entre o Presidente e um partido com o qual nunca teve uma relação orgânica. Na realidade, Funes privilegiava a retórica da unidade nacional em lugar das bandeiras associadas ao FMLN, e há quem considere que suas divergências com o partido foram mais fortes do que com o Arena (ZELAYANDIA: 2018, p. 97).

Por sua vez, o partido da direita que sempre se nutriu do Estado, mas agora estava na oposição, sofreu uma crise identitária e financeira agravada com a expulsão do ex-Presidente Antonio Saca (2004-2009), um notório corrupto que não cedeu às pressões para se revezar no mando do partido. Saca articulou a debandada de 12 deputados do Arena que se declararam “independentes” e conformaram a *Gran Alianza por la Unidad Nacional* (GANA), a partir da qual negociaram seu apoio ao governo do FMLN (LABRADOR: 2011). Nas eleições seguintes, GANA integrou a coalizão que lançou a candidatura do ex-Presidente Saca, que ficou em terceiro lugar. Há indícios de que essa candidatura recebeu apoio financeiro da presidência de Funes, já que a divisão da direita favorecia o FMLN (LABRADOR: 2018). Em 2018, Tony Saca foi condenado a dez anos de prisão por corrupção, devendo restituir 260 milhões de dólares ao Estado. Em 2019, GANA ofereceu a legenda pela qual Nayib Bukele se elegeu presidente.

Funes vive na Nicarágua desde 2016, beneficiando-se da cidadania concedida pelo governo Ortega para protegê-lo de processos judiciais no seu país natal. Embora o viés político de investigações contra quadros do FMLN tenha se intensificado sob Bukele, o governo Funes não primou pela transparência. Assim como seus antecessores do Arena, o FMLN recorreu a “gastos reservados” sobre os quais não prestou contas e por meio dos quais manejou, inclusive, fundos emergenciais para responder a uma tempestade tropical que inundou um décimo do território nacional em 2011 (ALVARADO; ARAUZ: 2018). Na realidade, as duas presidências do FMLN acumularam mais gastos secretos do que os três governos anteriores do Arena somados (ALVARADO; LAZO: 2022). Embora não tenha aderido à ALBA, o progressismo salvadorenho também recebeu vultuosos recursos venezuelanos por meio da Alba Petróleos, empresa constituída em parceria com prefeituras antes do

partido chegar à presidência e que se ramificou em múltiplos negócios, conformando uma *burguesía roja* (MOALLIC: 2021, p. 151).

A opacidade também marcou a relação de Funes com os protagonistas da violência urbana. Eleito com um discurso crítico às políticas de tolerância zero, o Presidente inverteu sua conduta a partir do assassinato de 17 pessoas em um ônibus no seu primeiro ano de mandato. Pela primeira vez desde os acordos de paz, nomearam-se militares para dirigir o Ministério de Segurança Pública e a Polícia Nacional Civil (General David Munguía Payés e General Ramón Salinas Rivera), em uma conduta criticada por defensores dos direitos humanos (FESPAD: 2012). O ministro Munguía Payés defendeu a suspensão de garantias constitucionais para o exército fazer buscas e prisões sem autorização judicial: “Vamos aplicar o método de pacificação usado nas favelas do Rio” (Apud MARTÍNEZ; SANZ, 2012).

De fato, o primeiro governo do FMLN executou numerosos operativos securitários orientados a recuperar territórios, controlar prisões ou oferecer segurança a serviços de transporte, em práticas que se estenderam no governo seguinte. Os efetivos do exército, diminuídos após os acordos de paz, se expandiram com a contratação de 6.300 novos conscritos, onerando o Estado em cerca de 25 milhões de dólares anuais. O FMLN também aumentou a presença militar nas ruas em 89%, passando de 5.515 para 10.243 efetivos. Medidas extraordinárias e provisórias se converteram em cotidianas e permanentes, financiadas por novos impostos e empréstimos internacionais, aos quais o Arena se opôs (BARRAZA: 2019, p. 181-2).

Poucos meses depois de Munguía Payés assumir a segurança pública, houve uma queda notável nas taxas de homicídio: a média de 13,86 casos diários registrados em fevereiro de 2012 caiu para 8,23 em março, e no mês seguinte, a cifra caiu para 5,07 ocorrências (FUSADES: 2014, p. 29). Ao contrário de atestar a eficiência da abordagem repressiva, investigações do periódico digital *El Faro* revelaram que o governo negociou uma trégua com grupos criminosos, envolvendo a transferência de líderes para prisões menos controladas. O Presidente Funes negou taxativamente o entendimento, afirmando que “não negociou, nem negocia, nem negociará com nenhuma das *pandillas* existentes no país” (Apud RADIO AMBULANTE: 2012). A realidade é que, após 20 anos de discursos estigmatizantes retratando as maras como um câncer e os mareros como animais, assumir uma negociação dessa natureza se tornara politicamente inviável: como disse uma analista, “o povo quer a guerra, não quer negociação” (REYNA: 2022). Quando as negociações vieram à luz, muitos interpretaram a trégua

como um pacto criminoso com quem extorquia, aterrorizava e assassinava pessoas diariamente, o que equivalia a uma traição.

Os homicídios diminuíram, mas a extorsão nos territórios continuou. Em todo caso, a trégua se quebrou dois anos depois, e seu custo político obrigou a FMLN a se distanciar desse processo para vencer a eleição presidencial seguinte por apenas 0,22% de vantagem. O ex-líder guerrilheiro Sánchez Cerén (2014-2019) logo declarou “guerra” às *pandillas*, embalado em um discurso de “política integral de seguridad”. Durante o seu mandato, os assassinatos em enfrentamentos com a polícia passaram de dois mil, indicando que a impunidade das execuções se normalizou. Nos primeiros meses, *El Faro* documentou a chacina de San Blas, em que 8 pessoas foram mortas pela polícia, algumas com mais de 20 tiros, enquanto outros sofreram machadadas (MARTÍNEZ, VALENCIA, VALENCIA: 2015). Registraram-se numerosos casos similares nos anos seguintes. Enquanto isso, uma lei liberou diretores dos centros penitenciários da responsabilidade pelos muitos abusos e infrações que se cometiam. Como resultado, desencadearam-se ciclos de vingança, em que *pandillas* se enfrentavam com o Estado. Entretanto, essa relação se turvou, já que *pandilleros* se infiltraram nas forças repressivas, levando à exoneração de 615 militares entre 2010 e 2017 (BARRAZA: 2019, p. 181). Em qualquer caso, a taxa de homicídios em 2015, primeiro ano completo do governo Sánchez Cerén, atingiu 102 a cada 100 mil habitantes, o que só teve paralelo nos anos 1990.

No plano social, alguns programas do governo anterior foram continuados, além da introdução de um programa de alfabetização e o aumento do salário-mínimo para 300 dólares. Entretanto, o financiamento às iniciativas sociais diminuiu, o que contribuiu para desacelerar o endividamento, enquanto uma reforma da previdência aumentou a cotização dos trabalhadores, sem tocar nas administradoras de fundos de pensão (FLORES: 2019). O governo Sánchez Cerén cultivou uma relação mais orgânica com o FMLN, mas isso não significou maior protagonismo popular. É certo que, no seu mandato, proibiu-se a mineração em 2017, fato inédito no mundo, mas essa iniciativa resultou mais de uma luta comunitária apoiada pela Igreja, que ganhou dimensão nacional na década anterior, que da mobilização governamental: a lei foi aprovada por unanimidade.

No conjunto, indicadores sociais sugerem que as políticas do FMLN mitigaram a miséria: entre 2008 e 2017, a pobreza caiu de 40% para 29% e a extrema pobreza caiu de 12% para 6% (YOUNG: 2020). No outro lado da moeda, agravaram-se tendências de militarização da segurança pública e de encarceramento em massa que remetem aos anos 1990. Em 1999, El Salvador tinha 6.973 pessoas

presas, mas 15 anos depois, essa cifra alcançava 35 mil, além de 5 mil presos em delegacias sem condições adequadas para a detenção (BARRAZA: 2019, 205). No plano político, as gestões da FMLN foram marcadas por pouca transparência e relativa intolerância com o dissenso. Jornalistas traçam os primeiros sinais de acosso à liberdade de expressão a esses governos, que também cercearam o judiciário e o Instituto de Acesso à Informação Pública (IAIP), criado sob Funes (ARTIGAS: 2020, 35).

Aos olhos da população, a esquerda no poder foi incapaz de produzir mudanças significativas nas condições de vida da maioria, enquanto se aprofundaram as engrenagens que produzem despossessão e violência em escala massiva entre maras, emigração, maquiladoras e agronegócio. No plano político, os cambalachos parlamentares, o espectro da corrupção e os traços autocráticos colaboraram para associar o FMLN à política ordinária, até então protagonizada pelo Arena. O partido se desmoralizou e se desacreditou, inclusive como força de oposição.

No conjunto, frustrou-se a expectativa de governos do FMLN próximos à população. Ao contrário, o desprestígio de uma organização que outrora encarnara a revolução se explica pela desmobilização da luta social, o distanciamento das bases populares, o cerceamento do debate interno, a proteção a dirigentes envolvidos em corrupção, a distribuição das candidaturas em função de grupos políticos e cálculos eleitorais, além de explicarem como foi possível surgir do seu seio uma figura como Nayib Bukele.

Da antipolítica ao autoritarismo popular

Bukele pode ser visto como uma criação política do FMLN que soube interpretar e canalizar o desencanto acumulado após décadas de paz, incluindo a frustração com o próprio partido (LÓPEZ BERNAL: 2022). Filho de um rico empresário muçulmano de origem palestina e de veleidades esquerdistas, Bukele estudou em uma escola bilíngue de elite, mas abandonou a universidade para se dedicar à publicidade. Desde 2000, sua agência trabalhou em diversas campanhas do FMLN, até que em 2013, decidiu fazer também campanha para si próprio. Naquele ano, a agência fez a derrotada campanha de Shafik Handal na disputa pela capital, adotando um estilo muito diferente, distanciando-se dos símbolos e bandeiras históricas do partido, elegendo então Bukele como prefeito do pequeno município de Nuevo Cuscatlán.

Vendendo a ideia de uma esquerda *cool*, Bukele foi escolhido pelo FMLN para disputar a prefeitura de San Salvador em 2015 devido à sua popularidade. Como disse um ex-assessor, “Nayib não tem ideologia, o que o move é a aceitação da opinião pública. Ele investe muito em pesquisas” (Apud LABRADOR: 2021). Bukele encontrou no FMLN um veículo para se projetar na política, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de cultivar uma imagem independente o levou a criticar abertamente o partido. A partir de 2016, quando foi informado de que não seria o candidato presidencial nas eleições seguintes, Bukele intensificou as hostilidades com o partido, cavando a sua própria expulsão dois anos depois. Seu projeto, então, era conseguir uma legenda de aluguel e repaginá-la. Depois que o pequeno partido de esquerda com que flertava foi impugnado pela justiça, o prefeito aterrissou em GANA, uma legenda que simbolizava a política que ele, até então, criticara.

O caminho para enfrentar os dois partidos tradicionais sem ter uma base própria estava escrito nas pesquisas. Uma investigação da Universidade Centroamericana (UCA) realizada no final de 2017 mostrava que para muitos salvadoreños, o país tinha perdido o rumo. Sentiam-se sufocados entre Arena e FMLN e carentes de opções para exercerem seu direito à escolha: 63% dos entrevistados não queriam que o FMLN continuasse na presidência, enquanto 69% não desejavam o regresso da Arena (BARRAZA: 2019, 197). Para 59,2% dos salvadoreños, era necessário um partido de esquerda diferente do FMLN, enquanto 64,7% acreditavam que o país precisava de outro partido de direita, que não fosse Arena (ARTIGAS: 2020, 24). Em resumo, a ideologia de maior apelo popular naquele contexto era justamente não ter ideologia.

Em um pleito marcado pela abstenção de quase metade dos eleitores, Bukele venceu no primeiro turno em 2019, enquanto o FMLN recebeu somente 14.4% dos votos, em contraste com 48.9% em 2014. O Presidente tinha 38 anos quando assumiu o cargo e suas primeiras decisões foram comunicadas via Twitter, em que tinha um milhão de seguidores, metade dos quais provavelmente falsos. Nesse momento, Arena e FMLN dividiam 3/4 do Congresso, o que lhes permitia controlar o orçamento nacional. Governos anteriores costuraram alianças legislativas para avançar suas políticas, mas Bukele adotou o confronto. Nesse cenário, pressionou deputados a aprovarem um empréstimo de 109 milhões de dólares para financiar um obscuro plano de segurança (*Plan Control Territorial*).

Quando os parlamentares se negaram a aprová-lo e exigiram maior transparência, o Presidente invocou o direito constitucional do povo à insurreição, convocou seus seguidores a sitiarem o Congresso e invadiu o prédio escoltado por soldados e policiais no domingo, 9 de fevereiro de 2020.

Bukele esteve a ponto de dissolver o Congresso, mas recuou, alegando que Deus lhe pediu paciência. O “9F” explicitou as ambições autoritárias do Presidente, mas também revelou a conivência da polícia e das forças armadas com essa política. Paradoxalmente, o incidente também pode ser visto como o começo de uma campanha eleitoral que levaria seu próprio veículo político, *Nuevas Ideas*, a conquistar maioria absoluta no parlamento um ano depois (LÓPEZ: 2022).

Nesse meio tempo, eclodiu a pandemia, o que permitiu ao Presidente outros ensaios. Pela primeira vez desde o fim do conflito armado, decretou-se estado de exceção. Nesse contexto, normas jurídicas foram descumpridas e liberdades civis foram suspensas, sem maiores consequências. A emergência também ofereceu o pretexto para compras sem licitação, mobilizando recursos milionários sobre os quais não se prestaram contas, fato que chamou a atenção da Comissão Internacional contra a Impunidade em El Salvador (CICIES) instalada no ano anterior. Inspirada na CICIG guatemalteca, cujas investigações resultaram em múltiplas condenações e na renúncia de um presidente, a CICIES foi uma promessa de governo, que Bukele não sustentou. Quando as compras durante a pandemia começaram a ser investigadas, o governo rompeu o acordo de cooperação com a Organização de Estados Americanos (OEA), levando à extinção da comissão.

Nesse momento, Bukele já controlava o congresso. Nas eleições legislativas realizadas no início de 2021, *Nuevas Ideas* conquistou 56 de 84 postos, enquanto Arena elegeu 14 parlamentares e o FMLN, apenas 4, que logo se dividiram em dois grupos. Foi o fim do bipartidismo que marcou o pós- conflito. Ao conquistar uma inédita maioria absoluta, Bukele já não podia culpar o Congresso por obstruir suas ações, como vinha fazendo. Por outro lado, o Congresso tampouco podia barrar suas ações. A captura das instituições do Estado se acelerou.

Captura do Estado

O primeiro ato do novo Congresso foi endossar uma ofensiva presidencial para substituir o Procurador Geral (*Fiscalía General*) e, na sequência, destituir magistrados da Sala Constitucional e do Supremo Tribunal Federal. Essas manobras desrespeitaram o curso legal e resultaram na neutralização de importantes contrapesos institucionais. A Procuradoria Geral logo abriu processos contra o ex-Presidente Sánchez Cerén e vários ex-ministros do FMLN, enquanto a nova Sala Constitucional avalizou a reeleição presidencial, proibida pela Constituição. O Tribunal Supremo Eleitoral também foi realinhado pelo governo, posteriormente referendando a decisão[1].

Enquanto a Cicies se extinguiu, o Congresso instalou comissões de investigação televisionadas cujo objetivo não era investigar, mas promover o linchamento midiático de opositores. Dentre as humilhações encenadas, o reitor da UCA foi convocado a explicar que a tradicional instituição jesuíta não era uma organização de fachada. Enquanto isso, ao menos 37 salvadorenhos, entre jornalistas e ativistas, tiveram seus celulares infectados com o software de espionagem israelense Pegasus, mas a denúncia não foi investigada pelo Ministério Público (PARRERA: 2022). Ao contrário, o Congresso aprovou uma lei de agentes encobertos que legaliza a espionagem digital (ASSOCIATED PRESS: 2022). O Procurador Geral dos Direitos Humanos virou um propagandista do governo, enquanto o Instituto de Acesso à Informação Pública categoriza toda informação estatal como “reservada”, evidenciando que uma das políticas mais claras do governo é a opacidade. O Congresso também aprovou a destituição de um terço dos juízes do país, o que levou a embaixada dos Estados Unidos a condenar, de forma inédita, o governo salvadorenho, comparando-o ao regime de Hugo Chávez. A potência do Norte também incluiu autoridades salvadorenhas na famigerada lista Engel, que sanciona figuras públicas centro-americanas acusadas de corrupção ou de atentar contra a democracia.

Após três anos de governo, a Sala Constitucional, o Tribunal Supremo Eleitoral, o Tribunal de Contas, o Instituto de Acesso à Informação Pública, a Procuradoria Geral e a Procuradoria de Direitos Humanos, além do Judiciário de modo geral, estavam entre as instituições capturadas pelo bukalismo, que também contava com o apoio da polícia e do exército, cujo orçamento cresceu 70% em dois anos. Em resumo, a independência institucional estava em extinção.

O governo também centralizou fundos públicos que deveriam ser disponibilizados aos municípios por lei, convertendo-os em um mecanismo de disciplinamento dos poderes locais (SALGADO: 2022). A distribuição de cestas básicas durante a pandemia foi submetida a critérios similares. Além de alimentos, o governo ofereceu um auxílio pontual de 300 dólares, que teve um impacto significativo sobre uma população desacostumada a qualquer apoio do Estado. Na condução dessas e outras políticas, o Presidente se apresenta como um pai que cuida de todos (MARROQUÍN: 2022).

Entretanto, o país enfrenta um grave problema fiscal, o que incita projetos de orientação extrativista para atrair investimento estrangeiro. El Salvador não tem uma tradição de mineração, mas seu território é peça-chave de uma concepção mercantil da Mesoamérica como plataforma maquiladora e corredor logístico do comércio internacional, recortado por corredores interoceânicos,

como o Canal do Panamá, e “canais secos”, como o Corredor do Istmo de Tehuantepec, no Sul do México (GAMBOA et al, 2011). É essa racionalidade que explica a proposta de construir outro aeroporto internacional em um país daquela extensão, uma ideia acoplada a megaprojetos de turismo, mas também à proposta de uma “cidade bitcoin”. Anunciada como uma cidade livre de impostos à beira do vulcão Conchagua, de onde se extrairia energia para minerar criptomoedas, a “*bitcoin city*” é, nos fatos, uma modalidade de privatização territorial, repaginando as zonas econômicas especiais que abrigam maquilas na região (RAUDA: 2021).

Na mesma semana em que Bukele anunciou a cidade bitcoin, o governo aprovou uma lei de expropriação que elimina a etapa de conciliação em negociações entre o Estado e vítimas de desapropriação. A lei permite ao Estado iniciar construções em qualquer território classificado como de interesse público quando não houver acordo entre as partes, enquanto o impasse é dirimido nos tribunais. Além do desmonte de leis que protegem as comunidades, o estado de exceção serve como um mecanismo para militarizar territórios e avançar projetos, como ocorre nos países vizinhos (FLORES: 2022; 2022; VENTURA: 2022).

A despeito das condutas antidemocráticas, após três anos de governo, Bukele sustentava altos níveis de popularidade, com uma aprovação estimada entre 80% e 90% (RENTERÍA: 2021). Na realidade, as condutas antidemocráticas corroboram sua popularidade. A narrativa bukelistas retrata os acordos de paz como uma transação entre FMLN e Arena, dois atores políticos idênticos que destruíram o país em nome de interesses particulares. Sob essa ótica, as instituições do Estado só serviram para defender esses partidos e encobrir a corrupção. Para enfrentá-los, seria necessário dismantelar essas instituições, o que só poderia ser feito por alguém completamente diferente do que existia antes, e é exatamente assim que o Presidente se apresenta. Face ao desencanto acumulado com as promessas de paz, o discurso em defesa da democracia soa vazio, enquanto medidas que beneficiam diretamente as pessoas, como o auxílio de 300 dólares e a diminuição da violência, produzem adesão.

A política como espetáculo e o espetáculo como política

Mas a adesão também é fabricada por meio de sofisticadas estratégias de comunicação. Desde que ingressou na política, Bukele orienta sua conduta a partir de pesquisas de opinião sistemáticas, assessorado por uma equipe profissional e internacional de comunicação. Por exemplo, sua conta no Facebook tem quase 6 milhões de seguidores, uma quantidade comparável à população de El Salvador,

sendo que das 23 pessoas que têm acesso para administrar a página, 10 estão na Costa Rica (LABRADOR: 2021). Há milhares de contas associadas ao governo em mídias digitais, como o Tik Tok. O bukélismo de massa ainda é um fenômeno mediado por interfaces digitais. Há muita comunicação, mas pouca relação com a população. Diferentemente de caudilhos populares, como Perón, o líder salvadorenho ainda não se deu um “banho de povo” (MIRANDA: 2022).

Toda a comunicação do governo é controlada pela Casa Presidencial, que precisa autorizar a entrevista de qualquer funcionário. O próprio Presidente não concede entrevistas, embora tenha conversado com algumas celebridades, como o rapper Residente ou o youtuber mexicano Luisito Comunica. Em coletivas de imprensa, adotou posturas agressivas, enquanto meios independentes foram barrados e foi cortada a publicidade governamental do jornal que relatou a censura (LABRADOR: 2021). Em resumo, o forte do Presidente não é o jornalismo, mas o espetáculo.

O bukélismo também investe em mídias tradicionais e o governo criou seu próprio jornal, vendido pela manhã e distribuído gratuitamente à tarde. Porém, em um país que conta com 153 celulares para cada 100 habitantes, o ativismo digital é central e se pauta em três objetivos: a desinformação, a provocação estratégica, que implica gerar falsos dilemas ou desafiar o politicamente correto, e o controle da agenda e do enfoque (*framing*) do debate público (MARROQUÍN: 2022). O resultado é um “monstro da desinformação”, que exigiria um exército de jornalistas para checar fatos todos os dias. Em qualquer caso, o Presidente impõe a agenda do debate no país (LABRADOR: 2022).

Em sua análise sobre as estratégias comunicacionais de Bukele, Amparo Marroquín observa que o Presidente governa em uma atmosfera de *reality show*, na qual se constroem protagonistas e se geram conflitos, os quais o líder resolve. Por exemplo, em uma semana em que o trânsito é um tópico em alta, circulam imagens de agressão a um idoso em um incidente nas ruas, sendo que duas horas depois, a polícia divulga sua prisão pelo Twitter. Outro exemplo: em uma semana de enchentes, o governo acusa uma fábrica têxtil (vinculada a um grupo empresarial em atrito com o bukélismo) pela poluição de um rio, resultando em prisões imediatas (CONTRAPUNTO: 2022; MAYA: 2022).

O Presidente quer transmitir a impressão de estar sempre fazendo coisas em defesa do povo. Em julho de 2022, quando esteve em El Salvador, Bukele soltou à noite um post no Twitter proibindo a abertura das universidades nos dois dias seguintes, em função de uma tempestade que se aproximava. No final das contas, a capital do país não foi atingida, mas do ponto de vista narrativo, o Presidente se adiantou uma vez mais em defesa da população. Nessa forma de gestão espetacular, o êxito de uma

política tem mais a ver com a adesão subjetiva que produz do que com seus resultados objetivos. Daí a preferência por projetos grandiosos, que as pessoas possam ver, ainda que alguns deles sequer saiam do papel: uma nova biblioteca nacional (financiada pela China), um novo estádio, um novo aeroporto, o trem do Pacífico, a cidade bitcoin.

Além da própria bitcoin. Em junho de 2021, o Presidente fez uma intervenção por vídeo em inglês, em uma conferência chamada Bitcoin 2021, em Miami, anunciando a adoção da bitcoin como moeda de curso legal. Poucos dias depois, o Congresso discutiu e aprovou uma lei desse teor em menos de 5 horas. Naquela noite, o Presidente se conectou ao Twitter para responder perguntas sobre a medida inédita, que obrigaria os comerciantes a aceitarem bitcoins, enquanto salários e impostos poderiam ser pagos com criptomoeda. Quem armou a sala e recebeu o Presidente foi um apóstolo estadunidense da criptomoeda: “Assim, a explicação de uma lei que afetaria milhões de salvadorenses foi dada a um punhado de americanos, em inglês, em um bate-papo no Twitter. Aqueles que se revezavam fazendo perguntas não eram jornalistas salvadorenses, mas investidores de bitcoin” (ZABLAH: 2022).

A medida gerou curiosidade e entusiasmo entre investidores, mas deixou muita gente preocupada no seu próprio país. Para popularizar a cruzada libertária, o governo criou uma carteira chamada “*Chivo wallet*”, por meio da qual dotou cada salvadoreno com 30 dólares em criptomoeda. Essa operação foi intermediada por uma empresa privada criada com fundos públicos, o que a colocou fora da alçada do Tribunal de Contas da República. O Banesal investiu 201 milhões de dólares recebidos do Tesouro nessa empresa, chamada Chivo, para comprar bitcoins, que, teoricamente, constituem a reserva do país para garantir liquidez ao sistema (ESQUERDA: 2021).

Washington criticou a falta de transparência do projeto. Além disso, suspeita-se que a criptomoeda abra portas para a lavagem de dinheiro. Outros consideram que a bitcoin serviria para imigrantes contornarem as taxas cobradas por intermediários, entretanto, 6 meses depois, estimava-se que apenas 1,6% das remessas passavam pela carteira digital (ÁLVAREZ et al., 2022). Passado um ano do seu anúncio, cálculos indicavam que o governo gastou ao menos US\$ 375 milhões para fazer a bitcoin acontecer, enquanto a criptomoeda se desvalorizou em 58% (SIGALOS: 2022). O fracasso financeiro da iniciativa, que tampouco se popularizou, contribuiu para aumentar o risco país, o que, por sua vez, tornou mais caro o refinanciamento da dívida externa, que roça o volume do PIB, agravando o quadro econômico (GOCHEZ: 2022).

No entanto, a eficácia política da bitcoin pode se associar a outro aspecto. Mais que uma moeda digital, a criptomoeda está associada a uma constelação de valores libertários, os quais, à sua maneira, apontam para um futuro alternativo. Entre seus entusiastas, a adesão subjetiva à bitcoin tem traços comparáveis a uma religião (ZABLAH: 2022). De modo mais prosaico, Bukele ganhou embaixadores em todo o mundo, o que ajuda a acobertar a repressão doméstica. Ao mesmo tempo, muitos salvadorenhos se orgulham, pois, pela primeira vez, o país surge nas notícias por algo que não é atravessado pela violência, com um espírito de futuro. Em uma espécie de síntese do bukélismo, opacidade, autoritarismo, negócios privados com dinheiro público, lavagem de dinheiro, remessas, negligência, megalomania e ilusão convergem na adoção da criptomoeda. Mais que uma política econômica, a adoção da bitcoin é parte do espetáculo de Bukele, ainda que o show cobre seu preço.

Do desejo autoritário ao medo

A medida também teve um preço político. Uma semana depois da lei da bitcoin entrar em vigor, registraram-se as maiores marchas no país desde os acordos de paz, em que a incerteza em torno da medida se somou à alta do custo de vida, à aposentadoria arbitrária de juízes, ao drama dos desaparecidos, entre outros cenários. Foi uma reação que o governo não esperava, mas que acabou passando.

Por enquanto, o regime está tão seguro do seu domínio sobre a opinião pública que permite inclusive a liberdade de imprensa. No entanto, outras formas de acosso estão em curso. Jornalistas independentes são vítimas constantes de tergiversação nas redes sociais, o que os obriga a revisarem cuidadosamente os textos para evitar que sejam manipulados contra eles mesmos. A autocensura pode ser necessária para preservar a segurança e a tranquilidade das famílias (LABRADOR: 2022). Em todo caso, quando uma investigação com fortes implicações políticas é publicada, a equipe de jornalistas de um meio crítico como *El Faro* tem de deixar o país.

Assim como aconteceu durante os governos do FMLN, o periódico denunciou, em reportagens fartamente documentadas, negociações do governo Bukele com as *pandillas*. A oficialidade atribuiu ao seu *Plan Control Territorial* a queda nas taxas de homicídio, que em 2021 atingiu o nível mais baixo em muitos anos (20 por 100 mil habitantes). Na prática, esse plano era mais do mesmo – operativos militares, patrulhamento de comunidades pobres, endurecimento das condições carcerárias e um discurso belicoso contra as *pandillas* – “só que melhor filmado e twitado”. Ao mesmo tempo,

como as queixas por extorsão aumentaram em 30%, é plausível supor que a capacidade de intimidar das maras estava intacta, mas havia um uso mais eficiente da violência homicida (MARTÍNEZ: 2020).

Em qualquer caso, em março de 2022 a trégua foi rompida e houve 87 homicídios em três dias. O governo elevou o tom belicoso contra as *pandillas*, com as quais nunca admitiu negociar, e decretou estado de exceção. Naquele momento, um porta-voz da *Barrio 18-Sureños* procurou um jornalista da BBC para uma entrevista, na qual deixou claro que as maras utilizam a violência homicida como moeda de troca com o governo. Descreveu o *Plan Territorial* como “propaganda política, dinheiro desperdiçado para ganhar popularidade. O próprio governo sabe disso”. Ainda, esclareceu que “Se a redução dos homicídios foi obtida, foi por conta das três principais *pandillas* do país”. Por fim, deixou claro seu desgosto com a ruptura dos acordos e a disposição da organização, que se vê como uma família, para retomar conversa: “vamos continuar mantendo o cessar-fogo nacional, você me entende? Acreditar que a única saída para este conflito é o diálogo, não o fogo. Queremos ser parte da solução do problema” (VALENCIA: 2022).

Mas o governo não quis conversa. Do ponto de vista do poder estatal, não está claro o que motivou a ruptura do pacto. Como a extradição de criminosos para os Estados Unidos seria intolerável para as *pandillas*, especula-se que o “Batman”, como Bukele é chamado nas negociações com o crime, encontrou no estado de exceção um meio termo que lhe permite mostrar serviço para a potência do Norte, a quem quer agradar, sem conceder em um ponto crucial para qualquer pactuação com o crime. Também é certo que a resposta repressiva tem apoio popular, algo que o FMLN igualmente descobriu. Por outro lado, diferentemente de quando a esquerda estava no governo, o testemunho de porta-vozes do crime, aliado a reportagens apoiadas em registros do próprio governo de transações com as *pandillas* nas prisões, não tem um efeito constrangedor sobre a opinião pública como há dez anos. Algo se normalizou?

Seja como for, 9 entre cada 10 salvadorenhos apoiaram a maior ofensiva jurídica, midiática e militar contra as estruturas do crime na história do país. Uma vez decretada a exceção, as forças repressivas iniciaram uma caçada a suspeitos de envolvimento com as maras, resultando em 20 mil detenções no primeiro mês. Enquanto isso, o Congresso aprovou uma lei da mordaza, ameaçando com até 15 anos de prisão quem desse voz às *pandillas* no meio jornalístico, visando calar tal fonte. O Código Penal foi reformado, multiplicando por 5 as penas dos *pandilleros*, que, em 2018, correspondiam a quase metade da população carcerária do país. Além disso, a lei considera adultos,

portanto, passíveis de serem julgados como tal, *pandilleros* maiores de 12 anos (ASAMBLEA, 2022). Nas prisões, a alimentação e a circulação dos presos foram limitadas e os presos, que desde 2020, não podem receber visitas, também perderam seus colchonetes. “Desde domingo, a comida é racionada e os 16.000 *pandilleros* presos não saíram de suas celas nem viram o sol”, publicou nas redes o mandatário (BBC NEWS: 2022). Bukele promove a narrativa de que as organizações nacionais ou estrangeiras que denunciam violações de direitos humanos são aliadas das *pandillas*, que descreveu no twitter como “o braço armado da oposição, das ONGs e da comunidade internacional” (OLIVA: 2022).

Em dezembro de 2022, o estado de exceção foi renovado pela nona vez[2]. O direito de reunião e de associação continuavam suspensos, enquanto se prolongava um regime de excepcionalidade para compras públicas (MEJÍA: 2022). Nesse período, mais de 60 mil pessoas foram detidas e ao menos 70 morreram nas mãos do Estado, que deveria custodiá-las. Muitas dessas pessoas não têm relação com estruturas criminosas, sugerindo que há uma intencionalidade política por trás do dispositivo repressivo, e que tem pouco a ver com o crime organizado. Se é certo que a popularidade do bukélismo se apoia em um desejo autoritário de base popular, o caráter aleatório da repressão instila angústia no tecido social, corroborando para diluir as fronteiras entre desejo e medo. Logo mais, será difícil distinguir o que sustenta o tirano, se é que isso terá alguma importância.

Reflexões finais

Nos 20 anos de governo do Arena, El Salvador se converteu em um país maquilador, dependente de remessas e atravessado pelo crime organizado, enquanto o FMLN se afirmou como a segunda força política nacional. Assim como em outros países, o desgaste neoliberal abriu espaço para a versão salvadorenha do progressismo latino-americano, que chegou à presidência em 2009. Àquelas alturas, a base social do FMLN era bastante diferente, refletindo a corrosão do país: em lugar de um vibrante movimento popular e sindical, o tecido social foi colonizado pelas maras. O caldo de cultura dessa socialização violenta é uma realidade concorrencial em que o trabalho é escasso, e o horizonte da mudança se encolheu. É um mundo em que a emigração mobiliza a juventude mais que a revolução. Como em outros casos no continente, a gestão das contradições dessa ordem pela esquerda trouxe certo alívio material, mas não impediu o avanço da espiral corrosiva. Aos olhos de muitos, as formas da política progressista mais se pareceram que se diferenciaram de seus predecessores, marcadas pelo cálculo eleitoral, conchavos parlamentares, traços autoritários, falta de transparência e corrupção.

Em El Salvador, encenou-se de modo literal uma dinâmica que se observa em outros países latino-americanos governados pelo progressismo, em que a tentativa de contenção da crise que caracteriza a política progressista não impede a aceleração dessa mesma crise – ao contrário, implica fortalecer atores e tendências que terminam acelerando essa mesma crise (AUTOR: 2022). Nayib Bukele é uma cria do FMLN que se voltou contra o partido e a própria ordem que ele protagonizou, primeiramente como oposição e depois no poder. Como em outras partes do mundo, o descrédito dos partidos identificados com as promessas da democracia derivou uma frustração com as instituições que a amparam. As maiorias demonstram escasso apego a uma democracia que nunca lhes serviu. O ódio ao FMLN e ao Arena insuflou um desejo difuso de autoritarismo que Bukele capturou, assessorado por uma máquina publicitária que se alimenta de pesquisas diárias, ao mesmo tempo em que espiona críticos e aliados. Ao contrário de seus ancestrais da Guerra Fria, o “Ditador mais *cool* do mundo mundial” dispõe de amplo respaldo popular para experimentos políticos que o posicionam na vanguarda do autoritarismo contemporâneo.

Desse ponto de vista, o 9F foi um divisor de águas: para que tomar à força um parlamento que se pode tomar pelo voto popular, como aconteceu um ano depois? Desde então, o bukélismo avançou sem oposição significativa para capturar as instituições do Estado, neutralizando quaisquer contrapesos à concentração de poder. Intelectuais e jornalistas independentes denunciam um clima asfíxiante e prevêem um fechamento ainda maior do regime: “somos necessários como liberdade de expressão. Mas isso vai passar. *Ahí llegaremos...*” (LÓPEZ: 2022). Se nos anos de guerra, a fachada liberal encobria um estado contrainsurgente, agora a fachada democrática encobre uma tirania. Como próximo passo, Bukele pretende se consagrar com a reeleição, até então vetada pela Constituição.

Certamente, o manejo profissional da comunicação tem sido um elemento decisivo do seu êxito. O bukélismo eleva a espetacularização da política a outro patamar, virando do avesso a relação entre performance midiática e entrega de resultados. Sua eficácia política não está na solução de problemas concretos, mas no reforço da adesão simbólica que produz. De modo correspondente, o terreno da disputa política se desloca de realizações concretas condicionadas por um regime de verdade para uma disputa narrativa marcada pela produção de significados. Nesse sentido, a eficácia política da bitcoin não está na economia, mas nos imaginários que a sua adoção alenta e na adesão subjetiva que produz.

Evidentemente, a realidade impõe limites, o que pode ser ilustrado pela própria bitcoin, cuja adoção inspirou visões de futuro, mas também gerou ansiedade e incerteza. O fracasso inicial do investimento agravou a delicada situação macroeconômica do país, em que a dívida se aproxima do PIB e os créditos encarecem. Para enfrentar esse quadro, o governo cogita avançar uma reforma da previdência, entre outras medidas antipopulares, o que incita uma questão: o que acontecerá quando essa forma de autoritarismo deixar de ser popular?

O incremento do orçamento e dos efetivos das forças repressivas é um indício da resposta, assim como a sua mobilização para capturas massivas autorizadas por um regime de exceção, a pretexto de combater as *pandillas*. Essa modalidade de política espetacular já não se encarrega somente de produzir adesão, mas também produz medo. É uma situação em que todo pobre tem receio de ser preso e as vítimas não têm voz. Quando um familiar desaparece, já não se sabe quem o levou, se foi a polícia ou se foram os ladrões.

Enquanto isso, um líder *pandillero* reivindica um “diálogo aberto e transparente, supervisionado por organizações internacionais” como caminho para um “processo de paz” com o governo. Para desarmar a violência, propõe “programas de reinserção, oportunidades de trabalho, saúde, estudo, respeito aos direitos das pessoas privadas de liberdade e muitos temas que poderiam ser abordados em uma mesa de diálogo”. A analogia com o processo de paz dos anos 1990 é notável, o que diz muito sobre a trajetória do país no período. Embora outro líder sugira que o limite das negociações sejam as extorsões, já que a sua extinção colocaria em xeque a própria existência das *maras*, evidencia-se que as causas sociais que motivaram a violência guerrilheira não são muito diferentes daquelas que mobilizam a violência marera. A violência é comparável, mas suas formas não são: elas remetem a universos diferentes, que testemunham a corrosão política, social e cultural do país.

Entre as guerrilhas e as *maras*, uma sociedade que lutou para ser uma nação se decompõe. O sonho da emancipação se degradou em uma batalha pela sobrevivência. Na impossibilidade de uma luta que liberte, o bukalismo encarna o desejo por uma violência que ordene. Mas as grades que protegem são as mesmas que aprisionam. Já não se sabe ao certo quem está dentro e quem está fora ou onde termina a adesão ao regime e começa o medo.

Referências bibliográficas

ALVARADO, Jimmy; ARAUZ, Sergio. “Cómo el primer gobierno del FMLN drenó los recursos públicos de un país en emergencia”. **El Faro**, 25 jun 2018. Disponível em: <http://elfaro.net/es/201806/el_salvador/22029/C%C3%B3mo-el-primer-gobierno-del-FMLN-dren%C3%B3-los-recursos-p%C3%BAblicos-de-un-pa%C3%As-en-emergencia.htm> Acesso em 3 mai 2023.

ALVARADO, Jimmy; LAZO, Roxana. “Los gastos secretos de los gobiernos del FMLN superaron a los de Arena”. **El Faro**, 26 ago 2022. Disponível em: <https://elfaro.net/es/201905/el_salvador/23231/Los-gastos-secretos-de-los-gobiernos-del-FMLN-superaron-a-los-de-Arena.htm>. Acesso em 3 mai 2023.

ARTIGAS, Álvaro. “El Salvador en una conyuntura crítica”. **Estudios Centroamericanos**. Volumen 75 Número 763, Año 2020.

ASAMBLEA LEGISLATIVA. “Diputados aprueban seis reformas a códigos y leyes relacionadas a la protección de la población, tras crímenes de pandillas”. 22 mar 2022. Disponível em: <<https://www.asamblea.gob.sv/node/12072>>. Acesso em 3 mai 2023.

ASSOCIATED PRESS. “El Salvador aprueba el uso de agentes encubiertos digitales”. 1 fev 2022. Disponível em: <<https://apnews.com/article/noticias-7aed851811d7aada137f332f3ccb741>>. Acesso em 3 mai 2023.

Brasil Autofágico. Aceleración y contención entre Bolsonaro y Lula. Buenos Aires: Tinta Limón, 2022.

BARRAZA, Sandra de. “El Salvador”. In: **Democracia y derechos humanos**. 30 años después de los acuerdos de Esquipulas II. San Salvador: Fundación Panamericana para el Desarrollo (PADF), 2019.

BBC News. “Bukele contra las maras: 5 claves para entender la controvertida ofensiva sin precedentes del gobierno de El Salvador contra las pandillas”. **BBC News**. 31 mar 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-60949845>>. Acesso em 3 mai 2023.

CONTRAPUNTO. “Gobierno señala a St. Jack’s de contaminación de la quebrada El Piro”. 4 jul 2022. Disponível em: <<https://www.contrapunto.com.sv/gobierno-senala-a-st-jacks-de-contaminacion-de-la-quebrada-el-piro/>>. Acesso em 3 mai 2023.

ESQUERDA. “Liberais liberais, negócios à parte”. 11 dez 2021. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/dossier/liberais-liberais-negocios-parte/78329>> Acesso em 2 out 2022.

FESPAD. “Ongs se pronuncian ante el nombramiento de militar como directo de la PNC”. *Fespad*, 27 ene 2012. Disponível em: <<https://www.fespad.org.sv/ong-se-pronuncian-ante-el-nombramiento-de-militar-como-director-de-la-pnc/>>. Acesso em 3 mai 2023.

FLORES, Rudis Yilmar. “La encrucijada de la izquierda salvadoreña, procesos y contradicciones.” **Conjeturas sociológicas**, No. 20, Año 7, agosto-diciembre, 2019.

FUSADES. **Quinto año de gobierno del presidente Funes: apreciación general.** Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social. (FUSADES). San Salvador, 2014.

GAMBOA, Abelardo et al. **Trabajadores migrantes y megaproyectos en América Central.** PNUD/ UCA, San Salvador, 2011.

LABRADOR, Gabriel. “Bukele, el autoritario cool”. **El Faro**, 29 set 2021. Disponível em: <https://elfaro.net/es/202109/el_salvador/25753/Bukele-el-autoritario-cool.htm>. Acesso em 3 mai 2023.

LABRADOR, Gabriel. “Cambalache electoral entre FMLN y Gana” **El Faro**, 1 abr 2011. Disponível em: <Cambalache electoral entre FMLN y Gana>. Acesso em 3 mai 2023.

LABRADOR, Gabriel. “Fiscalía: Presidencia Funes financió la segunda campaña presidencial de Saca” **El Faro**, 11 ago 2018. Disponível em: < Fiscalía: Presidencia Funes financió la segunda campaña presidencial de Saca >. Acesso em 3 mai 2023.

MARTÍNEZ, Carlos; MARTÍNEZ; Óscar; ARAUZ, Sergio; LEMUS, Efren. “Gobierno de Bukele lleva un año negociando con la MS-13 reducción de homicidios y apoyo electoral” **El Faro**, 3 dez 2020. Disponível em: <https://elfaro.net/es/202009/el_salvador/24781/Gobierno-de-Bukele-lleva-un-a%C3%B1o-negociando-con-la-MS-13-reducci%C3%B3n-de-homicidios-y-apoyo-electoral.htm>. Acesso em 3 mai 2023.

MARTÍNEZ, Carlos; SANZ, José Luis. “Aplicaremos el método de pacificación que se usa en las favelas de Río” **El Faro**, 26 jan 2012. Disponível em: <<http://salanegra.elfaro.net/es/201201/entrevistas/7374/Aplicaremos-el-m%C3%A9todo-de-pacificaci%C3%B3n-que-se-usa-en-las-favelas-de-R%C3%Ado.htm>>. Acesso em 3 mai 2023.

MARTÍNEZ, Carlos. “Yo te bajo los muertos” **El Faro**, 11 mar 2020. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/202003/columnas/24102/%E2%80%9CYo-te-bajo-los-muertos%E2%80%9D.htm>>. Acesso em 3 mai 2023.

MARTÍNEZ, Óscar; VALENCIA, Roberto; VALENCIA, Daniel. “La policia masacró en la finca San Blas”. **El Faro**, 22 jul 2015. Disponível em: <<http://www.salanegra.elfaro.net/es/201507/cronicas/17205/La-Polic%C3%Ada-masacr%C3%B3-en-la-finca-San-Blas.htm>>. Acesso em 3 mai 2023.

MARTÍNEZ, Oscar. *Los migrantes que no importan*. México: Sur + Editores, 2016.

McKENZIE, Sigalos. “El Salvador’s \$425 million bitcoin experiment isn’t saving the country’s finances”. **CNBC**, 25 jun 2022. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2022/06/25/el-salvador-bitcoin-experiment-not-saving-countrys-finances.html>>. Acesso em 3 mai 2023.

MOALLIC, Benjamin. “El Salvador: un autoritarismo millennial”. *Nueva Sociedad* No 295, sept-oct de 2021.

OLIVA, William. “Bukele: el tuit con el que aseguró que las pandillas son “el brazo armado” de la comunidad internacional”. **Prensa Libre**, 18 abr 2022. Disponível em: <<https://www.prensalibre.com/internacional/las-pandillas-son-el-brazo-armado-de-la-comunidad-internacional-dice-bukele-breaking/>>. Acesso em 3 mai 2023.

POMAR, Valter. El Salvador. **Da luta armada aos governos eleitos**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

RADIO AMBULANTE. **La tregua** – Transcripción. Marzo, 2012. Disponível em: <<https://radioambulante.org/transcripcion/la-tregua-transcripcion>>. Acesso em 3 mai 2023.

RAUDA, N. Ciudades privadas: el sueño que inversionistas bitcoiner presentaron en El Salvador. **El Faro**, 17/11/2021. Disponível em: <https://elfaro.net/es/202111/el_salvador/25849/Ciudades-privadas-el-sue%C3%B1o-que-inversionistas-bitcoiner-presentaron-en-El-Salvador.htm>. Acesso em 3 maio, 2023.

RENTERÍA, Nelson. “Majority of Salvadorans approve of Bukele's leadership, poll shows”. **Reuters**, 15 dez 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/markets/currencies/majority-salvadorans-approve-bukeles-leadership-poll-shows-2021-12-15/>>. Acesso em 3 mai 2023.

RIVERA, Ricardo. “La izquierda en El Salvador: análisis de la experiencia del FMLN en el gobierno de la ciudad capital”. **Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina**. São Paulo: Rosa Luxemburg/ Expressão Popular, 2006, ps. 189-202.

VALENCIA, Ricardo. “Washington ríe en silencio ante el fracaso del Bitcoin en El Salvador”. **El Faro**, 13 set 2022. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/202209/columnas/26371/Washington-r%C3%A9-en-silencio-ante-el-fracaso-del-Bitcoin-en-El-Salvador.htm>>. Acesso em 3 mai 2023.

VALENCIA, Roberto. “Bukele y las maras. La pandilla Barrio 18-Sureños da nuevos detalles sobre la negociación con el gobierno de El Salvador”. **BBC News**, 29 abr 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-61267322>>. Acesso em 3 mai 2023.

YOUNG, Kevin A. El FMLN de El Salvador y las restricciones sobre el gobierno de izquierda. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**, vol. 17, núm. 1, pp. 1-31, 2020.

Z, Nelson Ruda. ‘Los apóstoles del bitcoin que conquistaron El Salvador. *Cambio Político*, 15 ago 2022. Disponível em: <<https://cambiopolitico.com/los-apostoles-del-bitcoin-que-conquistaron-el-salvador/193207/>>. Acesso em 3 mai 2023.

ZELAYANDIA, Ernesto. Entrevista em: Pomar, Valter. El Salvador. **Da luta armada aos governos eleitos**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

Conversas citadas no texto em El Salvador entre 2 e 8 de julho de 2022

FLORES, Miguel Ángel. Professor e militante no departamento de La Unión.

GOCHEZ, Roberto. Professor de economia da UCA.

LABRADOR, Gabriel. Jornalista do periódico El Faro.

LÓPEZ BERNAL, Carlos Gregorio. Historiador da Universidad de El Salvador.

LÓPEZ, Ruth. Advogada, Cristosal.

MARROQUÍN, Amparo. Professora do Departamento de Comunicação e Cultura (UCA).

MAYA, Carolina. Jornalista ambiental.

MEJÍA, Rodolfo. Professor da Universidade do Oriente (Univo)

MIRANDA, Danilo. Professor de Sociologia da UCA

PARRERA, Ezequiel. Jornalista da revista digital Gato Encerrado.

REYNA, Veronica. Servicio Social Pasionista.

SALGADO, Melissa. Professora de economia da UCA.

VENTURA, Ana Maritza. Comunidade Nuevo Amanecer, departamento de La Unión.

[1]Em 4 de fevereiro de 2024, Nayib Bukele foi reeleito com 83% dos votos.

[2]Em março de 2024, o estado de sítio foi prorrogado pela vigésima quarta vez.